



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10693 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA HISTÓRIA COM MULHERES

Jamile Wayne Ferreira - PPGEDU/UFRGS

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA HISTÓRIA COM MULHERES

Os saberes da experiência de trabalho das mulheres compõem um campo que acompanho desde a dissertação, onde participei da organização de uma forma associada de trabalho culinário com mulheres dentro de um Movimento Social Feminista. O projeto transitou entre os saberes culinários das mulheres com o aporte da Educação Popular e da Epistemologia Feminista. Um caminhar que prossigo no doutorado, juntamente com o grupo de pesquisa em que me situo, onde o olhar para a discussão trabalho-educação se coloca como fundamental na construção do objeto que venho construindo. A partir de uma revisão bibliográfica sobre a discussão entre trabalho-educação, este texto busca tecer, incorporando a perspectiva do feminismo crítico, caminhos para compreender o conceito histórico de trabalho.

As discussões que visam compreender trabalho-educação como categorias da essência humana pairam sobre a ideia de que a ação entre "homem" e natureza, onde é o "homem" capaz de adaptar a natureza aos seus interesses, portanto, modificá-la e transformá-la, é o próprio trabalho. Também é educação na medida que se forma e produz a vida dentro desta mediação. Para Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2020, p. 293).

Assim, "[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como

fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana" (ANTUNES, 2009, p. 165).

Ainda, de acordo com Antunes (2009), "reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e nos fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada a esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens (2009, p. 166).

Dessa forma, por abarcar muitas questões ao mesmo tempo, a discussão sobre as ideias advindas da categoria trabalho trazem para os estudos feministas questões importantes para desconstruir o ser universal, posto em discussão, que origina o debate entre trabalho e educação e os processos de produção de conhecimento. Para Saviani:

[...] o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 154).

Se o trabalho está na essência humana, como colocado por Saviani (2007), é importante entender o processo de formação humana como inerente a este processo. A partir disso, é fundamental pensar que a separação entre essas duas categorias se deu em um processo histórico capitalista e da sociedade de classes, mas que também era uma sociedade patriarcal. Por isso, falar de trabalho atravessado pelo marcador de gênero, no caso, as mulheres, abarca outras dimensões, especialmente históricas, sobre o trabalho. Ainda sobre trabalho como processo educativo e de formação:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Observa-se que, tradicionalmente, a linguagem utilizada para designar o ser do trabalho é masculina. O "formar-se homem" descrito por Saviani desconsidera que o "tornar-se mulher", tão conhecido através de Beauvoir (1980), anuncia que são processos sempre condicionados as experiências sociais. Hirata e Zarifian (2009) apontam que essa é não apenas uma forma de linguagem, mas uma universalização calcada na ideia de que quem produz conhecimento e história são os homens. De acordo com a autora e o autor:

O sujeito do trabalho - o homem - é apresentado nessa definição como universal: de fato, é o masculino que é levado ao universal [...] ela também é problemática de outro ponto de vista, na medida em que as relações suscitadas não são apreendidas de

maneira idêntica. As relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais - as condições sociais do trabalho - são historicizadas (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252).

No que diz respeito a universalidade, ela acontece dentro de disputas de poder, onde "um padrão dominante que, confundindo a sua particularidade com o universal, exclui grupos inteiros de indivíduos da universalidade de direitos" (VARIKAS, 2009, p. 267). Assim, "as mulheres são chamadas a se submeter a uma definição de universal a qual não participam" (VARIKAS, 2009, p. 268). Os estudos que suscitaram a divisão sexual do trabalho nascem dessa percepção, de que "se extrairmos todas as consequências da tese 'homem' como ser social, não existem trocas genéricas, entre homem e natureza, mas trocas sempre específicas entre homens e naturezas". Além do mais, "os próprios homens são os homens e as mulheres: assim, torna-se possível se falar de sexo no trabalho" (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252).

Para Hirata e Zarifian (2009), as definições sobre trabalho passam por dois momentos-chaves. O primeiro diz respeito a ideia trazida pelos autores acima, do trabalho como princípio educativo e totalmente incorporado na relação entre ser e natureza. A segunda se dá a partir de uma reinterpretação da primeira, onde essas trocas entre ser e natureza são determinadas por situações sociais: em que condições esse trabalho se dá? São essas condições que se colocam, historicamente, de forma tão distinta entre homens e mulheres. Criando e recriando formas ontológicas condicionadas na discussão entre trabalho, educação e gênero. De acordo com a autora, essa fragmentação da ideia de trabalho nasce com a noção de trabalho assalariado, o que fundamenta ainda mais a ideia de que é uma discussão diferente para homens e mulheres. Segundo Antunes:

Se o trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital, assume uma forma necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada (dada a necessidade imperiosa de produzir valores de troca para a reprodução ampliada do capital), essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser eternizada e tomada a-historicamente (ANTUNES, 2009, p. 165).

Conforme apontado por Fougeyrollas-Schwebel, "o desenvolvimento do trabalho assalariado e o fortalecimento da esfera privada são dois processos concomitantes que contribuem para o processo de autonomização do indivíduo" (2009, p. 258). Contudo, essa inserção ocorre não apenas diferente para homens e mulheres, mas com uma forte marcação sexual de atividades. Dessa forma, "[...] a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza da sua produção" (2009, p. 257), pois quando as mesmas atividades são exercidas fora do ambiente privado, são remuneradas. Para Hirata e Zarifian:

A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de

força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho de um lado, a força de trabalho, de outro. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253).

O trabalho doméstico torna-se um caminho possível para estudar a relação histórica das mulheres com trabalho-educação, pois sua noção "é o oposto da objetificação: ela é ligada as relações afetivas da família e baseada na disponibilidade materna e conjugal das mulheres (HIRATA, ZARIFIAN, 2009, p. 253). É claro, é preciso ressaltar que as experiências das mulheres são diversas e atravessadas por vários marcadores estruturantes históricos, então o que se coloca aqui é a tentativa de abrir caminhos reflexivos a respeito da história das mulheres, entre as noções de gênero construídas socialmente através do trabalho e as noções de trabalho considerando o marcador de gênero, tomando a perspectiva feminista como "essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista" (FEDERICI, 2021, p. 17). Segundo nos coloca Federici:

Assim que erguemos a cabeça das meias de cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade do nosso trabalho, vemos que, embora ele não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho [...] isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres (FEDERICI, 2021, p. 29).

Além disso, a autora enfatiza a ideia de que a "conquista" do trabalho assalariado nunca libertou as mulheres do trabalho doméstico. De acordo com Fougeyrollas-Schwebel, "para levar adiante seus projetos profissionais, as mulheres devem dispor de uma rede de substituição infalível" (2009, p. 260), já que o trabalho realizado por elas é essencial para a manutenção da vida. Ao desenvolver a perspectiva do trabalho doméstico como trabalho produtivo, Federici não propõe legitimar o trabalho com o viés de produtividade capitalista, mas denunciar que por ser um trabalho que produz para o capital, as mulheres são, também, parte da classe trabalhadora explorada. Além disso, por se tratar de um trabalho não remunerado, sua exploração ocorre de forma mais perversa. De acordo com Gago, é importante centrar nossas análises em como "a reprodução da vida coletiva é organizada e garantida a priori, enquanto pressuposto" (p. 144) e na ideia de que "a reprodução é a condição transcendental da produção" (idem).

Conforme Lia Tiriba (2004), "[...] ao tomar-se como centralidade a natureza ou o caráter educativo do trabalho, impõe-se a apreensão dos fazeres e saberes que se tecem na cotidianidade desses homens e mulheres" (TIRIBA, p. 21). Assim, os estudos dos saberes de experiência das mulheres se tornam um campo de importância para aprofundar a relação entre mulheres e trabalho, pois através deles é possível trazer narrativas historicamente excluídas e

pensar o trabalho através de outras dimensões, reveladas a partir das discussões de gênero. Para Tiriba:

Se o concreto é a síntese de múltiplas determinações, nosso desafio é captar as mediações, contradições e particularidades dos processos sociais, entendendo a história como um processo estruturado, no qual a ação humana criativa se realiza em dado espaço/tempo histórico que é economicamente determinado, mas não apenas (TIRIBA, 2018, p. 96).

No caso do trabalho culinário, o qual faz parte de minha pesquisa, essas questões se aprofundam, na medida que o trabalho produzido no espaço da cozinha, quando executado por mulheres, muitas vezes não são significados exatamente como trabalho, haja vista a ideia de que o trabalho doméstico é um "não trabalho". Dessa forma, a perspectiva feminista crítica se coloca como um importante viés entre a materialidade e a subjetividade do trabalho como princípio educativo na vida das mulheres. E, quando aliada ao viés de uma Educação Popular, ganha força, pois traz a experiência como um pressuposto da formação.

Sobre educação popular e os saberes da experiência de trabalho, Paulo Freire entende que a "leitura de mundo dos educandos deve ser tomado como ponto de partida na relação educador-educandos" (FREITAS, 2019, p. 424), mas que "isso não significa ficar girando em torno desse saber, mas requer superá-los" (idem), para essa superação é preciso inserir uma educação que seja, impreterivelmente, dialógica. Também é importante considerar o que foi trazido por Fischer e Lousada:

Respeitar os saberes prévios dos educandos, gerados em sua prática social - no diálogo da subjetividade com a objetividade e nas trocas conectivas entre as intersubjetividades dos homens e das mulheres -, não significa a idealização do saber popular por parte do educador, mas, precisamente na percepção exigida pelo pensar certo de que não há estado absoluto de ignorância ou de saber (FISCHER; LOUSADA, 2019, p. 422).

Assim, falar de Educação Popular e Feminista como ferramenta para se pensar trabalho-educação e gênero, não significa dizer que existe um trabalho mais legítimo que outro, ou um saber mais válido que outro, mas sim organizar uma discussão não dicotômica entre trabalho-educação e a história das mulheres.

Nesse sentido, e a nível de formular considerações a respeito do que foi trazido até aqui, interseccionar a discussão trabalho-educação com marcadores de gênero, nos apresenta outros níveis de discussão e novos entendimentos ontológicos e históricos sobre essa categoria. Além disso, esse movimento teórico se coloca como fundamental para os estudos feministas, na medida que entender a relação mulher-natureza rompe com a ideia de essência feminina e revela as estruturas históricas de opressão às mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Educação. Epistemologia feminista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FISCHER, Nilton; LOUSADA, VINÍCIUS. **Saber (erudito/saber popular/saber de experiência)**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FREITAS, Ana Lúcia. **Saber de experiência feito**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Trabalho doméstico**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. **Trabalho (o conceito de)**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *História, Natureza, Trabalho e Educação*. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>

TIRIBA, Lia. **Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação.** In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. Trabalho e Educação: Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

_____, Lia. **Fios invisíveis do(s) mundo(s) do trabalho: a experiência à lupa.** In: TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana (orgs.). Experiência: o termo ausente? Uberlândia/MG: Navegando publicações. 2018, p. 95-112.

VARIKAS, Eleni. **Universalismo e particularismo.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.